

Reforma do setor elétrico enfrenta desafios

Governo deve enviar texto ao Legislativo em 60 dias

Por Karoline Cavalcante

Embora o Ministério de Minas e Energia esteja preparando um projeto de reforma para o setor elétrico, representantes da área expressam receio de que o conteúdo não contemple todos os envolvidos. Ao Correio da Manhã, interlocutores consideraram a medida necessária, mas tardia e incerta, apontando que o Executivo poderia ter aproveitado essa pauta para também aumentar a popularidade do governo — que enfrenta dificuldades — com a redução da conta de luz, por exemplo.

Na semana passada, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, anunciou que a reforma do setor energético será enviada ao Congresso Nacional em menos de 60 dias, antes do fim do primeiro semestre deste ano. Ele destacou a “urgência e relevância” do tema, sugerindo que a proposta poderia ser encaminhada como Medida Provisória, embora também exista a possibilidade de enviá-la como Projeto de Lei em regime de urgência. A decisão final sobre o envio, porém, ficará a cargo da Secretaria de Assuntos Jurídicos (SAJ) e da Casa Civil.

Estruturante

O ministro afirmou que a reforma será uma “política estruturante” e que envolverá “muitos interesses”, já que o setor foi distorcido ao longo do tempo, especialmente por conta dos chamados “jabutis” — inserções no texto de uma lei que não têm relação direta com o tema original da proposta. Um exemplo citado foi o preço de renovação das usinas do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfra).

Além disso, Silveira afirmou que a política está sendo cuidadosamente discutida para evitar que seja alvo de



Silveira promete entregar reforma em menos de 60 dias

“fake news e distorções”.

“Toda política transversal deve ser cuidadosa. Ela deve ser, antes de tudo, comunicada de forma adequada. Hoje, temos que primeiro conquistar a sociedade. Ela precisa entender e apoiar, para só depois lançar a política pública”, afirmou à imprensa após o evento “Combustível do Futuro: Rumo ao E30 e à Autossuficiência da Gasolina”.

Sem tempo hábil

No entanto, o deputado federal Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e suplente na Comissão de Minas e Energia (CME), expressou ceticismo quanto à aprovação de uma grande reforma do setor elétrico até o fim do atual governo. “Pessoalmente, não tenho grandes expectativas de que isso aconteça”, afirmou.

De acordo com o parlamentar, um projeto de tamanha envergadura, se apresentado em 2025, não teria tempo suficiente para ser aprovado dentro do prazo do governo atual, já que o próximo ano será eleitoral. “O tema é com-

plexo, o que exige amplos debates, discussões com diversos setores etc., para que se construa um consenso suficiente para aprovar a matéria. Não vejo tempo hábil para isso até o fim desse mandato”, completou à reportagem.

20 anos

Na avaliação do ex-ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, a reforma do setor elétrico é urgente. Ele alertou sobre os custos envolvidos, destacando a necessidade de alocar esses recursos de forma eficiente e integrar novas tecnologias para o futuro do setor. “Estamos há quase 20 anos sem mudanças significativas. A última reforma do setor elétrico foi em 2004, e veja como a nossa matriz elétrica se transformou nesse período”, afirmou o ex-ministro.

Albuquerque também enfatizou a importância de envolver todos os atores do setor elétrico, como consumidores e responsáveis pela geração e distribuição, para garantir a eficácia da reforma. Ele destacou que uma medida provisória tem grandes chances de caducar se não hou-

ver consenso, devido ao prazo limitado de sua vigência, e defendeu que um projeto de lei seria mais adequado, desde que haja acordo com o setor.

Falta de estratégia

Por fim, o presidente do Instituto Nacional de Energia Limpa (Inel), Heber Galarce, destacou a importância da reforma, mas criticou a condução do processo. “A falta de um diálogo efetivo com todos os atores envolvidos e a ausência de uma estratégia clara e consensual resultaram em um ambiente de polarização e desacordo”, afirmou o presidente do instituto.

Galarce lamentou que o governo tenha perdido dois anos em um processo que poderia ter sido mais construtivo, com mais consultas e menos polêmicas. Ele ressaltou que, ao focar em interesses individuais e não aproveitar a oportunidade, o governo desperdiçou uma chance de beneficiar a sociedade. “A reforma do setor elétrico não é apenas uma questão técnica, mas uma oportunidade política que foi desperdiçada”, concluiu ao Correio da Manhã.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Lula entregou o projeto sobre mudança no IR

PL é contra cobrar imposto adicional de mais ricos

O PL não irá apoiar a proposta do governo de aumentar a cobrança de imposto de renda para pessoas físicas que, de diferentes fontes, recebem mais de R\$ 600 mil por ano.

A tributação, que iria variar de 2,5% a 10% (este percentual, para quem recebe acima de R\$ 1,2 milhão anualmente), seria para compensar a isenção de quem recebe até R\$ 5

mil por mês. Assalariados que têm renda entre este valor e R\$ 7 mil seriam beneficiados com redução da alíquota.

Líder do partido na Câmara, Sôstenes Cavalcante (RJ) disse à coluna que o PL defenderá a ampliação da isenção para R\$ 10 mil. Mas o benefício, segundo ele, teria que ser bancado por um ajuste fiscal do governo, uma redução de suas despesas.

Sem aumentos

Frisou que o PL é contra qualquer aumento de impostos. afirmou que a não taxação de dividendos — lucro de empresas repassado aos seus donos — é correta. Isso porque esses valores são resultado de atividade empresarial que paga impostos e gera benefícios sociais.

Vai passar

Já o dirigente de um importante partido do Centro declarou ao Correio Bastidores acreditar na aprovação da isenção e da cobrança de imposto de renda dos mais ricos. “Ninguém vota contra um negócio desses. Ainda mais, perto de ano eleitoral”, resumiu.

STF registra quatro votos para condenar Carla Zambelli

Por Karoline Cavalcante

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou, na última sexta-feira (21), o julgamento da deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) pelos crimes de porte ilegal de arma de fogo e constrangimento ilegal com emprego de arma de fogo. O julgamento, que ocorre no plenário virtual, já conta com quatro votos favoráveis à condenação da parlamentar. A análise do caso deve ser encerrada até sexta-feira (28), às 23h59, prazo para os outros sete ministros apresentarem suas manifestações.

O caso ocorreu em outubro de 2022, às vésperas do segundo turno das eleições, durante um ato político em São Paulo. O jornalista Luan Araújo, ao se aproximar do grupo de Carla Zambelli, a provocou com frases como “Amanhã é Lula” e insultos direcionados aos presentes. Em resposta, Zambelli sacou uma arma de fogo, iniciou a perseguição e, ao encontrar Araújo dentro de um estabelecimento comercial, apontou a arma e ordenou que ele se deitasse no chão.

Intimidação

Ao apresentar seu voto, o ministro Gilmar Mendes, relator do processo, defendeu que a deputada fosse condenada a cinco anos e três meses de prisão, além da perda do mandato parlamentar. Em sua argumentação, o ministro afirmou que a utilização da arma em resposta a ofensas não é justi-



Zambelli sacou uma arma contra manifestante

ficável dentro dos parâmetros do Estado Democrático de Direito. Para ele, ao forçar o jornalista a se deitar no chão sob ameaça de uma arma de fogo, Zambelli violou os direitos de liberdade do jornalista e cometeu um grave ato de intimidação.

“A ofensa verbal inicial, embora reprovável, não possui o condão de autorizar a perseguição armada da vítima, tampouco o uso de ameaça com o emprego da arma de fogo. Ainda que a ré tivesse experimentado sensação de ofensa à sua honra, a resposta desproporcional de empunhar uma arma e constranger a vítima a deitar-se no chão ultrapassa em muito os limites da defesa legítima e as possibilidades de exercício regular de direito. No presente caso, a ofensa verbal, por si só, jamais poderia justificar uma retaliação

armada”, afirmou o relator.

A tese de condenação foi seguida pelos ministros Cármen Lúcia, Flávio Dino e Alexandre de Moraes. Para Moraes, a conduta da ré “extrapolou qualquer justificativa legítima, configurando, portanto, evidente constrangimento ilegal e coação indevida”.

Inocência

Em nota enviada ao Correio da Manhã, a deputada reafirmou sua crença na imparcialidade do Poder Judiciário e na tramitação justa do processo. “Tenho total confiança na Justiça e acredito que, com o esclarecimento completo dos fatos, minha inocência será comprovada”, disse Zambelli.

Na denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR), o órgão argumentou que Carla Zambelli portava a arma “fora dos limites da au-

torização de defesa pessoal”. A PGR também sustentou que o uso da arma em via pública, fora do contexto de legítima defesa, configuraria, por si só, a prática de um ilícito, uma vez que a autorização de porte que a deputada possuía a impedia de conduzir a arma de forma ostensiva ou de permanecer com ela em locais públicos, como ocorreu no episódio.

Em sua defesa, o advogado de Zambelli, Daniel Leon Bialski, contestou a acusação de porte ilegal de arma, argumentando que ela era infundada. Segundo Bialski, a parlamentar possuía permissão de porte federal e havia cumprido todos os requisitos legais para registrar e portar a arma em todo o território nacional, sem restrições. O advogado afirmou ser “impossível imputar essa classificação penal” à acusada, já que ela estava agindo dentro dos limites da lei.

Em agosto de 2023, o STF decidiu, por nove votos a dois, aceitar a denúncia e tornar Carla Zambelli ré pelo episódio envolvendo o jornalista Luan Araújo. Os ministros André Mendonça e Nunes Marques votaram contra a abertura do processo. Mendonça argumentou que a competência deveria ser da Justiça de São Paulo, enquanto Nunes Marques, além de defender essa mesma tese, alegou que Zambelli agiu com a intenção de prender o jornalista que a ofendeu, o que considerou uma ação legítima.



Eduardo gravou vídeo para explicar sua decisão

Bolsonaro e Sôstenes foram contra gesto de Eduardo

Sôstenes disse que, sabido retrasado, ele e Jair Bolsonaro tentaram convencer Eduardo Bolsonaro a não tomar a decisão de ficar nos Estados Unidos devido a uma suposta perseguição judicial.

Ele e o ex-presidente temiam uma repercussão negativa do fato, achavam que Eduardo poderia ficar com a pecha de fujão.

Neste fim de semana, porém, o líder do PL afirmou ter mudado de opinião. Segundo ele, o gesto confirmou o viés político da Justiça. Isto porque apenas depois de Eduardo anunciar o que fizera é que a Procuradoria-Geral da República e o Supremo Tribunal Federal disseram ser contra a apreensão de seu passaporte.

Inter travou Pix

Na noite de quinta, o banco Inter não completou transações de Pix determinadas por clientes empresariais. O processo parecia ser concluído, mas o dinheiro não saía da conta. O atendimento eletrônico dizia que o “time” estava atuando na correção “o mais breve possível”.

Normalidade

Procurado pela coluna na manhã de sexta, o Inter admitiu “instabilidade pontual no PIX Inter Empresas” na noite anterior. afirmou que a situação havia sido corrigida “na mesma data” e que “todas as funcionalidades” estavam operando normalmente.

‘Oscilações’

Na manhã de sexta, a mensagem sobre o problema continuava a ser ouvida por clientes. Transferências determinadas na véspera não foram efetivadas. Uma atendente admitiu “oscilações” na rede e disse ser impossível creditar valores com a data de quinta.

BC calado

O Correio Bastidores contestou a resposta e manteve as perguntas sobre número de clientes prejudicados e quantias que não foram transferidas via Pix na noite de quinta. Também procurado, o Banco Central não respondeu aos questionamentos enviados.